

## **A CRISE DA SOCIEDADE E A FUNÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA NO SÉCULO XIX.**

Roberto Carlos Simões Galvão<sup>1</sup>

### **RESUMO**

O presente artigo refere-se aos estudos desenvolvidos junto ao Programa de Mestrado em História da Educação da Universidade Estadual de Maringá. Pretende-se relatar a crise da sociedade burguesa no século XIX e o espaço ocupado pela escola pública naquele contexto. A possibilidade de uma revolução comunista assustava as classes dirigentes na Europa de então; a burguesia fez uso de todos os recursos possíveis no sentido de barrar a insurreição do proletariado. O texto propõe questionar os objetivos atendidos quando da criação da escola pública. O que se pretendia com a educação obrigatória? Atenta-se para o fato de que hoje com a sociedade capitalista novamente em crise, a educação escolar voltou a ser apontada como solução para as mazelas impostas pela ordem social burguesa.

**Palavras-chave:** história da educação, crise social, marxismo.

### **ABSTRACT**

The present article refers to the studies developed the Program of Master's degree close to in History of the Education of the State University of Maringá. It's intends to tell the crisis of the bourgeois society in the century XIX and the busy space for the public school in that context. The possibility of a communist revolution scared the head classes in Europe of then; the bourgeoisie made use of all the possible resources in the sense of obstructing the insurrection of the proletariat. The text intends to question the assisted objectives when of the creation of the public school. What was intended with the obligatory education it? It is looked at the fact that today with the capitalist society again in crisis, the school education was pointed as solution for the sore spots again imposed by the bourgeois social order.

**Key-words:** history of the education, social crisis, marxism.

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá

## A CRISE DA SOCIEDADE E A FUNÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA NO SÉCULO XIX.

Uma sociedade se encontra em crise quando ela tem a imperiosa necessidade de atender a uma certa exigência, mas que, em a atendendo, ela contraria a sua própria natureza” (FIGUEIRA, 2001: 14).

No século XIX a sociedade burguesa estava em crise; havia o temor diante da possibilidade de uma revolução. Nesse contexto histórico, uma pergunta se sobressaía: como impedir a derrubada da ordem social estabelecida? Com efeito, essa era a maior preocupação da classe dominante de então. “Pela primeira vez em quinze anos, experimento certo temor com relação ao futuro; e o que me prova que tenho razão é que essa impressão não me é particular”, escreveu Tocqueville (2001: 582).

A crise se aprofundou de maneira especial entre os anos de 1848 e 1864, quando a desigualdade social ultrapassou seus limites na Europa. Aumentavam as riquezas de uma minoria, enquanto a grande massa de trabalhadores e proletários permanecia na penúria e na miséria extrema. As condições penosas de trabalho - para aqueles que conseguiam emprego -, contribuíam para o clima generalizado de insatisfação. À sobrecarga de tarefas, somavam-se a má alimentação, a insalubridade dos “edifícios de tetos baixos e janelas exíguas, sempre enevoados pela borra do algodão que se introduzia nos pulmões, causando as mais graves doenças” (MARX, 1985: 68). Não havia leis que protegessem os empregados – entre eles, mulheres e crianças –, que chegavam a trabalhar até dezesseis ou dezoito horas por dia.

Em meio à crise, o nome de Robert Owen (1771-1858) se destacou em razão de seus ideais utópicos. O industrial inglês pretendia implantar práticas socialistas no interior da sociedade capitalista. Defendeu a eliminação do trabalho infantil e providenciou escolas para os filhos dos trabalhadores, bem como moradias decentes para as famílias dos mesmos. Em sua grande fábrica de *New Lanark*, Escócia, adotou melhorias sociais, oferecendo ao proletariado condições de vida e de trabalho incomparavelmente melhores, em relação às que prevaleciam na Inglaterra da época.

A partir das mudanças implantadas em favor dos trabalhadores, Owen logo percebeu o aumento da produtividade no interior das fábricas. Nada do que fora

feito, obviamente, impedia a crescente e generalizada crise social, o desemprego em massa e a mendicância.<sup>2</sup> “Em toda parte, a grande massa do operariado caía cada vez mais baixo, pelo menos na mesma proporção em que os que se encontravam acima dela subiam na escala social” (MARX, 1956: 353). Com efeito, a burguesia acumulava riquezas, subordinava os povos camponeses, concentrava a propriedade em poucas mãos. Enquanto isso se alegava que os desempregados haviam optado por tal condição de vida; dizia-se que os milhares de desocupados optavam pela vadiagem.

Foi nesse período que Marx e Engels (1956) publicaram o conhecido *Manifesto do Partido Comunista*, incitando os trabalhadores à revolução. Diante do quadro de injustiça e desigualdade entre burgueses e proletários, “conquistar o poder político passara a ser a principal tarefa da classe operária” (MARX, 1956: 355). Sem dúvida aquela era a ocasião para a revolução comunista.

Segundo Marx (1985), na sociedade capitalista, o normal é que a cada momento uma parcela dos trabalhadores careça de recursos para manter sua sobrevivência em razão da falta de trabalho. E foi, justamente, a falta de trabalho o problema que se generalizou na Europa do século XIX.

O sistema capitalista não garante trabalho ou meios de subsistência para todos os membros da sociedade, pelo contrário, é condição do sistema burguês a existência de uma massa de trabalhadores desempregados – à qual Marx (1985) denominou de exército industrial de reserva. O conceito de exército industrial de reserva derruba, segundo os marxistas, os mitos liberais da liberdade de trabalho e de pleno emprego.

A esperada revolução prevista pelo autor d’*O Capital* tardou a ocorrer. O capitalismo, duramente criticado pelos representantes do proletariado, continuou mostrando ao longo dos anos sua penosa fragilidade frente às circunstâncias. Todavia, a revolução que parecia iminente no século XIX, encontrou a resistência burguesa.

Alguns intelectuais liberais passaram a sistematizar propostas para barrar ou protelar uma possível convulsão do proletariado. A ordem social que a classe

---

<sup>2</sup> Os ideais defendidos por Owen visavam uma relativa reforma social, nunca uma transformação substancial nos modos de produção. Por isso o industrial inglês é tido como representante do chamado socialismo utópico.

burguesa temia fosse derrubada consubstanciava-se numa democracia liberal, onde as diferenças de classe permaneceriam sustentadas.<sup>3</sup> Claro que a concepção de democracia que interessava aos burgueses não levava em conta a desigualdade social e a miséria imposta a milhões de trabalhadores.

Dentre as propostas dos anti-revolucionários liberais, ressaltava-se o interesse por que todos os cidadãos recebessem educação, sobretudo educação moral. Certamente fora essa uma necessidade imprescindível para o final do século XIX. Não obstante, muito embora o discurso em favor da educação seja apresentado como um benefício para as massas, o objetivo maior permanecerá oculto.

A educação obrigatória e tantos outros artifícios utilizados pela burguesia, “em vez de promoverem, continuarão a colocar todos os obstáculos possíveis no caminho da emancipação do operariado”, advertiu Marx (1956: 355).

A educação, desejada pelos burgueses, estava fundamentada na idéia de formar para a disciplina. A educação era entendida como um mecanismo de controle dos graus de liberdade, de civilização e de submissão, que deveriam ser compatíveis com o modo de produção burguês e suas conseqüências. A escola pública nasce justamente nesse período, visando manter a ordem social.

Ainda que o Estado não aufera nenhuma vantagem da instrução das camadas inferiores do povo, mesmo assim deveria procurar evitar que elas permaneçam totalmente sem instrução. Acontece, porém, que o Estado aufera certa considerável vantagem da instrução do povo. Quanto mais instruído ele for, tanto menos estará sujeito às ilusões do entusiasmo e da superstição que, entre nações ignorantes, muitas vezes dão origem às mais temíveis desordens. Além disso, um povo instruído e inteligente sempre é mais decente e ordeiro do que um povo ignorante e obtuso (SMITH, 1983: 217).

Adam Smith (1723-1790), grande teórico do liberalismo, defendia a manutenção da ordem social burguesa e via na educação um poderoso instrumento para a obtenção de tal fim. Smith acreditava que os filhos dos burgueses precisavam de educação para se manter enquanto classe dominante, enquanto capitalistas. Por outro lado, os filhos dos trabalhadores receberiam uma educação diferente, que os disciplinasse para a produção. Sob a ótica do economista inglês, o Estado não deveria gastar com a educação do proletariado, ou então deveria gastar apenas com

---

<sup>3</sup> O liberalismo econômico se assentava no princípio da livre iniciativa, baseado no pressuposto de que a não regulamentação das atividades sócio-econômicas produz os melhores resultados na busca do progresso.

pontos essenciais, algo como educar para impedir levantes, ou educar para a submissão frente aos “superiores”.<sup>4</sup>

Faz sentido afirmar ainda que a escola, de certa forma, vem substituir a Igreja, inculcando nas massas uma formação, sobretudo moral, e que permite promover o comportamento desejável para um cidadão burguês.

A sociedade no passado dependeu principalmente do governo com os seus meios diretos de dirigir: a força, e a Igreja, com os seus meios indiretos de dirigir através das crenças, idéias, cerimônias, recompensas e punições de caráter imaterial. A sociedade, agora, vem a depender cada vez mais dos meios indiretos de controle a serem exercidos sobre as gerações vindouras, através da escola. [...] Assim, como forma de controle, a educação é apenas um instrumento da sociedade, como a lei, a força policial, a religião e a Igreja, a opinião pública organizada e os vários costumes e tradições sociais (MONROE, 1978: 343-344).

No século XIX, a educação escolar obrigatória tinha por função “tornar os jovens inofensivos, cortar-lhes as unhas, limando-lhes os dentes e pondo-lhes óculos azuis” (NORDEAU, 1954: 81). O intento maior, conforme demonstrado, estava em impedir que fosse deflagrada a revolução. Resta, porém, uma incógnita: por que a escolha da educação escolar como artifício? Ora, esse era o discurso possível numa sociedade de classes, à beira do caos. Implantar o comunismo, promovendo uma ampla distribuição de riquezas, estava fora de cogitação para a burguesia. Tampouco se pensaria na transformação dos modos de produção.

Ademais, trabalhava-se com ideais pedagógicos uma vez que a concretização social destes não comprometeria os privilégios dos poderosos. A sociedade burguesa continuaria desigual tal como sempre foi.

Nesse sentido, o discurso em favor da escola pública, pouco a pouco, ganhou espaço e atendeu a dois propósitos fundamentais, quais sejam:

- a) formar o cidadão ordeiro, obediente à moral social burguesa;
- b) inculcar-lhe a idéia de que estudando venceria, conquistando um lugar de êxito na ordem social capitalista.<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> Ainda hoje projetos sociais articulados na área da educação representam, sob uma interpretação crítica, um meio de impedir convulsões sociais. Busca-se impor a ordem ou manter o senso de ordem em uma sociedade à beira do colapso. Novamente percebemos a preocupação dos capitalistas com a manutenção da ordem social, e a educação volta a aparecer como instrumento de controle das massas.

Mais de um século depois, o mundo contemporâneo segue sob o império do capital. Hodiernamente é fundamental perceber o retorno ao discurso da educação como mote propulsor da cidadania. Grupos econômicos poderosos, em particular no Brasil, estão financiando campanhas publicitárias direcionadas à difusão de práticas pedagógicas para a formação da cidadania.

À exaustão, sobretudo na mídia televisiva, estão sendo veiculados *slogans* com mensagens do tipo: “a educação resgata a cidadania”, ou ainda, “a educação transforma a vida das pessoas”.

No mesmo sentido, a *Declaração Mundial sobre Educação para Todos*, aprovada pela *Conferência de Jomtien*, na Tailândia, dispôs em seu artigo 9º: “Agora, mais do que nunca, a educação deve ser considerada uma dimensão fundamental de todo projeto social, cultural e econômico”. O documento defende a idéia de que a educação pode “contribuir para conquistar um mundo mais seguro, mais próspero e que, ao mesmo tempo, favoreça o progresso social [...]”, e ainda “promova a tolerância [...]”.

Com efeito, a crise moral, a desigualdade econômica gritante entre os povos, o desemprego e os altíssimos níveis de criminalidade – conseqüências perversas do capitalismo –, continuam assombrando a burguesia. Tudo isso nos remete às palavras de Mazzucchelli (1985:22), para quem “as contradições imanentes da produção capitalista sempre se exteriorizam e se resolvem nas crises, para sempre repostas mais adiante, já que são constitutivas deste regime de produção. [...] As crises, portanto, exteriorizam e resolvem de modo momentâneo as contradições imanentes da produção capitalista; mas não as suprimem”.

O discurso neoliberal prevaemente na contemporaneidade está pautado na idéia de que ao indivíduo deve ser concedido o “benefício” da escola pública, cabendo, pois, a ele próprio conquistar, a partir da educação recebida, uma posição digna, de êxito, na sociedade de classes.

Ora, o que deve ser alterado na ordem social capitalista são as relações materiais de produção, distribuição e consumo e, não, a consciência dos indivíduos através da educação. Não se altera uma realidade sócio-econômica partindo do

---

<sup>5</sup> O segundo propósito apontado se refere à questão do êxito social, alcançado através da escola. Entretanto, a escola não forma para o êxito numa sociedade capitalista. “Os ideais da escola são inteiramente diversos dos do mundo, pode-se mesmo dizer que são opostos” (NORDEAU, 1954: 80).

abstrato, ou seja, da consciência. Pelo contrário, altera-se a consciência alterando as condições materiais de existência. A consciência dos homens, como advertia Marx (1986), se constrói a partir da sua realidade material, das suas condições concretas de existência.

[...] os homens, ao desenvolverem sua produção material e seu intercâmbio material, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência (MARX; ENGELS, 1986: 37).

No Prefácio da obra *Para a Crítica da Economia Política*, Marx (1982: 25) reafirma:

O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência.

A educação, sobretudo, a educação moral, imposta à classe operária, representa a negação da capacidade dos trabalhadores em agir em defesa dos seus interesses. Representa ainda o ideal burguês de promover, nesses mesmos trabalhadores, atitudes compatíveis com os interesses burgueses. A escola vem contribuindo nesse sentido, não para garantir a inclusão dos cidadãos, mas, pelo contrário, desde o início fora ela criada para racionalizar sua exclusão.

Os reais determinantes da exclusão social e econômica pouco se relacionam com a educação. A escola que nasceu visando barrar a revolução proletária segue ocupando o mesmo espaço na ordem capitalista.

## **REFERÊNCIAS:**

DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS. Conferência de Jomtien, Tailândia, 1990.

FIGUEIRA, Pedro de Alcântara. Introdução - O significado histórico da economia política. In: **Economistas políticos**: Adam Smith *et alii*. São Paulo: Musa; Curitiba: Segesta, 2001.

MARX, Karl; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. In: **Obras escolhidas**. Vol.01, Rio de Janeiro: Vitória, 1956.

\_\_\_\_\_. **A ideologia alemã**. 5ª. ed., São Paulo: Hucitec, 1986.

MARX, Karl. Manifesto de Lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores. In: **Obras escolhidas**. Vol.01, Rio de Janeiro: Vitória, 1956.

\_\_\_\_\_. **O Capital**. Vol.II, São Paulo: Nova Cultural, 1985.

\_\_\_\_\_. **Para a crítica da economia política**. In: Os Pensadores, São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MAZUCHELLI, F. **A contradição em processo**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MONROE, Paul. **História da educação**. São Paulo: Nacional, 1978.

NORDEAU, Max. A escola do êxito. In: **Paradoxos**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causa**. In: Os economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

TOCQUEVILLE, Alexis. **A democracia na América: leis e costumes**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.